



TÍTULO DO RESUMO: A REGULAMENTAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE 1900 A 1920

Beatriz Agonio dos Santos (PIBIC/UEM), Elma Júlia Gonçalves de Carvalho (Orientadora), e-mail da orientanda: beatriz-agonio@hotmail.com, e-mail da orientadora: elmajulia@hotmail.com.

Universidade Estadual de Maringá / Centro De Ciências Humanas, Letras e Artes/Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento conforme tabela do [CNPq/CAPES](#)

70800006 EDUCAÇÃO

70803013 POLÍTICA EDUCACIONAL

Palavras-chave: regulamentação, escola primária, reformas de 1900 a 1920

Resumo:

Este projeto de pesquisa tem como objetivo principal investigar a regulamentação da escola primária na legislação brasileira, proporcionando um maior conhecimento sobre como a escola primária foi se constituindo e as reformas que ocorreram no decorrer do período de 1900 a 1920. A proposta é conhecer as regulamentações que contribuíram para o desenvolvimento e organização das escolas primárias públicas no período da república. Para isso, buscamos compreender melhor sobre o contexto histórico no início do século XX, a fim de relacionar as reformas que estão sendo encaminhadas e a realidade brasileira e sobre suas contribuições para o desenvolvimento das escolas primárias públicas nesse período.

Introdução

O presente trabalho relaciona-se ao Projeto de Iniciação Científica, intitulado “A regulamentação da escola primária na legislação brasileira de 1900 a 1920”, vinculado ao projeto institucional “Políticas Públicas e Gestão da Educação no Brasil - Fase II”.

O objetivo principal de nossa pesquisa é investigar a regulamentação da escola primária republicana, a partir das leis publicadas no Brasil do período de 1900 a 1920, visando conhecer como as reformas que aconteceram colaboraram para a organização das escolas primárias.

No desenvolvimento de nosso trabalho investigamos a legislação brasileira sobre a regulamentação da escola primária publicada no período, buscando compreender como esse nível de ensino foi sendo organizado no



Brasil nas primeiras décadas do século XX, bem como suas motivações históricas e sociais.

Materiais e métodos

Para a realização de nossa pesquisa investigamos documentos das reformas educacionais da Primeira República, tais como: Reforma Benjamin Constant (1891), Eptácio Pessoa (1901), Rivadávia Correia (1911), Carlos Maximiliano (1911), João Luiz Alves (1925) Luiz Alves Rocha Vaz (1925). Em nossos estudos priorizamos particularmente as Reforma Carlos Maximiliano (1915) e Alves Rocha Vaz (1925), na tentativa de compreender a regulamentação e a organização, em seus aspectos administrativos e pedagógicos, das escolas primárias do período de 1900 a 1920.

Esse estudo foi complementado com as fontes bibliográficas, de forma a atender o objetivo de ampliar a interpretação dos documentos e de contextualizá-los historicamente. Dentre os quais podemos citar: Constituição do Ministério da Educação e Articulações entre os Níveis Federal, Estadual e Municipal da Educação (2005); Grupos Escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária (2005); Reformas Educacionais durante a Primeira República no Brasil (1889-1930) (2011); A educação na Primeira República (1978); Lições da Escola Primária (2004); A escola pública: história e historiografia (2003); O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930) (1975).

A perspectiva metodológica adotada foi a de que a educação é parte das mudanças sociais, dessa forma, expressa o movimento histórico mais amplo. Assim, procuramos identificar as reformas educacionais em correspondência ao contexto histórico daquele período.

Resultados e Discussão

No desenvolvimento do nosso trabalho observamos que as reformas que ocorreram no período foram tentativas frustradas para a regulamentação do ensino e sistematização do ensino primário no Brasil. A tentativa mais avançada na direção do sistema orgânico de educação, segundo Saviani (2006), foi implementada em São Paulo, entre 1892 e 1896, na qual procurava complementar os pré-requisitos da organização dos serviços educacionais. No entanto, não deixaram de representar uma luta por uma política nacional de educação.

A Reforma de Benjamin Constant foi constituída pelo Decreto nº 981 de 8/11/1890 que sistematiza o ensino secundário, acabando com os cursos preparatórios, porém, nunca se regularizou, pois, para a execução da reforma, era necessário ter uma infraestrutura institucional para a asseguuração de sua implementação.



A Reforma de Epitácio Pessoa (1901 – 1910) colocou fim a liberdade de frequência, aprovou a liberdade de ensino da Reforma de Leôncio de Carvalho, equiparando as escolas privadas de acordo com as inspeções dos currículos, incluiu diversas matérias como lógica, retirou a biologia, a sociologia e a moral. Reforma de Rivadávia Correia tentou abranger critérios básicos para o estudo das disciplinas, assim os exames de admissão foram sendo transferidos para o ensino superior, pois o ensino secundário tinha como objetivo formar cidadãos.

Segundo Carvalho (2012), a Reforma Carlos Maximiliano (1915) reoficializou o ensino secundário, recolocou o poder interventor do Estado nessa matéria e regulamentou o acesso às escolas superiores. A Reforma Luiz Alves Rocha Vaz (1925) encerrou com o ciclo das reformas federais no ensino na Primeira República. Procurou-se prever uma legislação para que o governo federal agisse com a ajuda dos estados no atendimento ao ensino primário. Esta reforma foi uma tentativa de sistematização do ensino que era considerado fragmentado.

No Brasil em 1893, foram sendo criados os Grupos Escolares pela primeira vez no Estado de São Paulo, estas instituições previam uma organização administrativa e pedagógica específica. Em relação ao aspecto administrativo, houve a necessidade de ter alguém para organizar, dirigir, coordenar e fiscalizar o ensino nas escolas, assim se deu a origem ao cargo de diretor escolar. Em relação ao aspecto pedagógico foram modificados os currículos e as distribuições de disciplinas por séries anuais, buscando uniformizar o processo de ensino (SOUZA, 2004).

Esta escola deveria ser moderna e diferente das instituições do Império, significando um grande investimento para a consolidação de uma nova educação, que pretendia ser popular e universal.

Conclusões

Do estudo realizado verificamos que o período da primeira República, apresentou a falta de diretrizes uniformes para uma política escolar e de unidade do sistema de educação nacional. A administração educacional da Primeira República continuava com a estrutura herdada pelo Império, sendo assim, mantendo um regime descentralizado, que mandava aos estados o dever das tarefas de legislar e promover o ensino primário.

Quando a estrutura econômica e política começaram a dar sinais de ruptura, a situação da escola também começou a tomar rumos diferentes. Com o processo de urbanização e industrialização, acentuando-se depois de 1930, novos grupos assumiram o controle político, imprimido, assim, novos rumos para a política brasileira, em especial a política educacional.

Em correspondência a essas mudanças teve início a atuação de organizações civis, dentre as quais a Associação Brasileira de Educação



(ABE) e as Ligas Nacionais. As Conferências Nacionais de Educação ocupam um papel muito importante na campanha contra o analfabetismo, a divulgação de novas ideias (Escola Nova), na criação da coordenação nacional de educação, que reivindicavam uma a escola universal, laica, obrigatória e gratuita.

A partir de 1920, a educação passou a ser considerada como um problema pelo Brasil, pois a escolarização e a diminuição dos altos índices de analfabetismo eram vistos como fatores importantes para o progresso nacional, podendo levar o país em um novo grau de civilização.

O estudo da legislação, relacionado ao contexto social mais amplo, nos possibilitaram compreender as reformas educacionais brasileira e o contexto histórico social no qual elas são propostas (INÁCIO FILHO; SILVA, 2010). Também que as intenções dos legisladores nem sempre são realizados, devido as condições concretas de efetivação das propostas em determinado momento. Isso, porém, não significa que elas não tenham relevância, pois expressa os anseios da sociedade e revelam que a implantação de uma política educacional decorre de um processo.

Agradecimentos

Agradeço a minha orientadora Profa. Dra. Elma Júlia Gonçalves de Carvalho e a minha co-orientadora Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado pelas orientações, dedicação e apoio na realização deste trabalho.

Referências

CARVALHO, E. J. G. de. **Políticas Públicas e Gestão da Educação no Brasil**. Maringá: Eduem, 2012.

INÁCIO FILHO, G.; SILVA, M. A. da. Reformas Educacionais Durante a Primeira República no Brasil (1889-1930). In: SAVIANI, D. (Org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: Edufes, 2010. p. 217-250.

SAVIANI, D. O legado educacional “Breve Século XIX” Brasileiro. In: SAVIANI, D. et al. **O Legado Educacional do Século XIX**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. p.11-32.

SOUZA, R. F. de. **Lições da Escola Primária**. O Legado educacional do século XIX no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2004.